

Do livro:

"Património arquitectónico da Segurança Social -Sedes dos serviços regionais"

(Texto da autoria de João Paulo Martins)

“O edifício do actual Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Viseu constitui apenas parte de um projecto bastante mais extenso e ambicioso, mas nunca concretizado, que pretendia criar um grande Centro Administrativo para todo o Distrito.

A iniciativa remonta a 1966 e deve-se à então designada Comissão das Novas Instalações do Ministério das Corporações e Segurança Social. O bloco construído, uma torre sobre uma plataforma de embasamento, destinava-se então à sede distrital da Caixa de Previdência e dos Serviços Médico-Sociais Para além dele estavam previstas instalações para o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência e para o Tribunal do Trabalho.

O terreno escolhido, situado entre a Av. Dr. António José de Almeida - um dos principais eixos da expansão recente da cidade - e as ruas 21 de Janeiro e Major Leopoldo da Silva, devia acentuar a importância do novo centro da cidade que desde os finais do século passado - e sobretudo depois da construção dos novos Paços do Concelho no "Rossio" - vinha substituindo o centro tradicional, junto à Sé.

O complexo iria ocupar todo o quarteirão, deixando livre uma praça pública no seu interior, com acessos múltiplos a partir dos arruamentos envolventes, e um estacionamento automóvel nos pisos enterrados. Os volumes da periferia destinavam-se apenas parcialmente aos serviços oficiais. O restante era reservado para espaços comerciais, abrindo directamente para o exterior e "escritórios para actividades liberais". O extremo noroeste seria ocupado por uma grande sala para cinema e teatro com entrada através da praça central. Em contraponto ao volume vertical da torre, os restantes ângulos do quarteirão seriam coroados por edifícios de planta encurvada com quatro pisos para habitação.

Os diversos blocos foram objecto de sucessivas redefinições de programa e a elaboração dos projectos estendeu-se até aos primeiros anos da década de 70. Após a revolução de 1974 uma nova distribuição dos serviços implicou, uma vez mais, a revisão do projecto. No final da década iniciou-se finalmente a construção do bloco principal.

No piso térreo da torre, ao nível do terraço de acesso público, abrem-se três entradas diferenciadas, uma em cada face do volume, correspondendo a núcleos de comunicações verticais independentes e à complexidade do programa funcional que se estende pelos 16 andares acima da plataforma.

O ritmo racional da estrutura de betão armado impõe-se na composição da fachada e enquadra uma grelha de caixilhos em alumínio anodizado que sustenta a sucessão regular de faixas de vidro e painéis coloridos. Nos alçados laterais predominam as superfícies opacas, com um efeito textural definido pela colocação alternada das lâminas de revestimento pétreo.

CONTRAPONTO CONTEMPORÂNEO À ZONA ANTIGA

A grande torre do Centro Regional de Segurança Social de Viseu deve ser entendida como membro de uma extensa família de edifícios do mesmo tipo que, pela época em que foi elaborado o seu projecto inicial se encontrava em expansão por todo o mundo.

De facto, são aí bem patentes os princípios do designado "Estilo Internacional" tal como foi divulgado depois da Segunda Guerra Mundial a partir de algumas obras paradigmáticas realizadas no continente americano. Uma experiência pioneira foi a do Ministério da Educação do Rio de Janeiro (1936-45, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer). Mais influentes seriam a sede das Nações Unidas em Nova Iorque (1947-52, de diversos autores, com destaque para a intervenção de Le Corbusier) e, sobretudo, a obra de Mies van der Rohe (1886-1969) após a sua fixação nos EUA, com destaque para os projectos para Lake Shore Drive, em Chicago (1950-51), e para o Seagram Building, em Nova Iorque (1954-58).

Em Portugal, a prática generalizada era então bem diferente. Ao longo das últimas décadas a arquitectura de promoção oficial vinha sendo marcada pelos restos de um romantismo nacionalista, academizado, de que o Palácio de Justiça de Viseu constitui um caso exemplar.

A sede da Caixa de Previdência de Viseu, pelo contrário, desejava afirmar de um modo intencional um contraponto contemporâneo à zona antiga da cidade tomando como referência aqueles modelos internacionais, cosmopolitas, carregados de valores de modernidade, de progresso. O Estado assumia assim a sua representação com uma linguagem do presente e uma monumentalidade de novo tipo.

A opção por construir uma torre correspondia portanto ao efeito requerido. Mesmo se isso implicava um esforço adicional na distribuição do programa funcional, obrigando a uma multiplicação dos acessos verticais que preenchem quase totalmente o espaço exíguo de cada piso. Mas, desse modo, era igualmente possível garantir que uma grande parte do lote ocupado se manteria como espaço exterior público, utilizável pelos cidadãos. O quarteirão tomar-se-ia permeável, seria percorrível em todos os sentidos e a diversos níveis, da plataforma superior à praça central.

Assim saíria também reforçado o carácter de grande complexo cívico que a sua função primordial requeria - o apoio social, o serviço a prestar à comunidade. Entendendo essa função de modo lato, concebia-se um programa misto, convidando à participação da iniciativa privada, ao entrecruzar das funções administrativas oficiais com outros espaços de escritórios, com o comércio, a habitação, o espectáculo. Seria afinal um prolongamento do tecido da cidade, com toda a sua riqueza e complexidade.

Que o arquitecto autor deste projecto tenha sido também o principal responsável pelos trabalhos de recuperação do centro histórico de Viseu pode constituir, à primeira vista, um paradoxo desconcertante. No entanto, as marcas de uma sólida cultura arquitectónica e urbana, do conhecimento e respeito pela história, de uma sensibilidade segura estão aí bem evidentes. No compromisso que se procurava estabelecer entre as tipologias do Movimento Moderno e os espaços urbanos tradicionais - a rua, a praça, o quarteirão. Ou no sereno classicismo do volume puro da torre,

de geometria rigorosa e estrita, sabiamente acentuado nos seus momentos essenciais: nos dois pisos inferiores, recuados para acentuar a aparente leveza do volume que neles se apoia; no topo, onde a laje de coroamento, marcando uma sombra profunda, parece flutuar sobre o último piso.

Este foi um projecto polémico. A sua aprovação foi demorada e muito discutida. Hoje a obra continua sendo apontada como uma agressão ao perfil da cidade. Parece certo que o penoso arrastar do processo ao longo de décadas, as sucessivas hesitações e alterações a que foi sujeito se reflectem de modo negativo no resultado constituído. Particularmente grave, porém, foi a interrupção da sua concretização e a falta de uma opção clara sobre o terreno não construído que, teimosamente, mantém uma enorme cicatriz aberta em pleno centro da cidade.”

Alguns dados cronológicos:

Início do Plano de conjunto - 1966

Ante projecto da Torre (Bloco A) - 1968-69

Ante projecto do Bloco B (Cine-teatro e construções adjacentes) - 1972-73

Construção do Bloco A - 1979-83

Autoria do projecto: Arq. Luis Amoroso Valgode Lopes (1913-1995)

com o Arq. L.M. Amoroso Lopes, a partir de 1975

Construtor: Soares da Costa